

“NÃO É UMA ASSOCIAÇÃO PARA CUIDAR DAS TERRAS, MAS PARA CUIDAR DAS PESSOAS”: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUILOMBOLA SOB AS LENTES DA EDUCAÇÃO CRÍTICA

“NO ES UNA ASOCIACIÓN PARA CUIDAR DE LAS TIERRAS, PERO PARA CUIDAR DE LAS PERSONAS”: LA ORGANIZACIÓN SOCIAL QUILOMBOLA BAJO LAS LENTES DE LA EDUCACIÓN CRÍTICA

Rute Ramos da Silva Costa

Campus Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
ruteatsoc@gmail.com

Alexandre Brasil Fonseca

Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde,
Universidade Federal do Rio Janeiro (NUTES-UFRJ)
abrasil@ufrj.br

Raysa Araújo Beiro Fontes

Campus Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
raysabfontes@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta o potencial das teorias freirianas no processo de formação das entidades comunitárias quilombolas. De cunho qualitativo, o trabalho expressa as narrativas da liderança da Associação de Remanescentes de Quilombo Machadinho (ARQUIMA) e os registros de uma observação etnográfica. Inicialmente contextualizamos historicamente a origem dos quilombos, as intempéries do cenário escravista e seus reflexos no atual campo do direito. No segundo momento, promovemos um diálogo entre a educação crítica e a organização social que se pretenda participativa. Por fim, apresentamos as vivências da ARQUIMA, impregnada da Pedagogia da Autonomia. Concluimos que o texto possibilita reflexões para ao campo das políticas públicas e da educação, por apontar um caminho de inclusão e valorização da vida.

Palavras-chave: Comunidade de Remanescente de Quilombo; Educação Crítica; Organização Social.

Resumen: Este artículo presenta el potencial de las teorías freirianas en el proceso de formación de las entidades comunitarias quilombolas. De carácter cualitativo, el trabajo expresa las narrativas del liderazgo de la Asociación de Remanentes de Quilombo Machadinho (ARQUIMA) y los registros de una observación etnográfica. Inicialmente contextualizamos históricamente el origen de los quilombos, las intemperies del escenario esclavista y sus reflejos en el actual campo del derecho. En el segundo momento, promovemos un diálogo entre la educación crítica y la organización social que se pretenda participativa. Por último, presentamos las vivencias de ARQUIMA, impregnada de la Pedagogía de la Autonomía. Concluimos que el texto posibilita reflexiones para el campo de las políticas públicas y de la educación, por apuntar un camino de inclusión y valorización de la vida.

Palabras clave: Comunidad de Remanente de Quilombo; Educación Crítica; Organización Social.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar os processos de formação e desenvolvimento de entidades comunitárias quilombolas, permeadas por vivências educativas emancipatórias. O problema central a que nos referimos se inscreve no processo de organização social para o enfrentamento das realidades iníquas a que estão imiscuídos os remanescentes de quilombo e que, por vez, assumem a educação crítica como pilar de uma prática coletiva incluyente, participativa, dialogada e identitária.

As relações de classe são notadamente desvantajosas aos negros quilombolas, oprimidos

por uma elite reacionária e oligárquica. A violência histórica dessa classe opressora e a ganância em possuir o mundo e os humanos são denominadas por Freire de “ânsia irrefreada de posse”, isto é, a “tentativa (dos opressores) em transformar tudo o que os cerca em objetos de seu domínio” (FREIRE, 2014, p.63). O mesmo autor esclarece que a concepção da classe opressora baseia-se “nos aspectos materiais da existência e na posse direta, concreta e material do mundo e dos homens, negando a humanidade do outro e a sua própria” (Ibidem, 2014, p.63).

Sendo assim, é possível constatar que as “iniquidades da desumanização”, situação histórica e sociológica da sociedade brasileira, “se perpetuam em práticas excludentes, seletivas e discriminatórias” aos remanescentes de quilombo (FREIRE, 2014, p.67). O ensino do racismo ocorre por intermédio de relações hostis, da garantia de privilégios à elite e da marginalização dos que são considerados marginais. Neste contexto os padrões socioculturais eurocêtricos permanecem hegemônicos e rejeitam os arquétipos dos não brancos (SANTOS, 2009).

Apesar disso, no decorrer dos tempos, novos mecanismos de resistência foram construídos, assim como diferentes estratégias de reivindicações. Os movimentos sociais dos remanescentes de quilombos reclamam, na atualidade, o lugar de protagonistas da cultura e da história da sociedade brasileira.

Ainda assim, a classe dominadora constrói ideologias de naturalização das desigualdades, reforça a imutabilidade dos padrões socioeconômicos, reafirmando o mito da democracia racial, o qual enaltece “a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos” (MUNANGA, 2006, p. 89). Dentro desta visão inautêntica, muitas vezes as elites interferem na tomada de consciência dos oprimidos a respeito das razões de seu estado de opressão e na “aceitação” fatalista da sua exploração (FREIRE, 2014, p.71).

Esses instrumentos de dominação são utilizados pela classe dominante em todas as instâncias e instituições civis e jurídicas para manter o privilégio de sua cultura e o seu poder em relação aos afro-brasileiros (LARCHERT, 2014).

Um dos aspectos de astúcia das entidades comunitárias quilombolas se encontra na proposição de transformações políticas. Abrem-se precedentes para mudanças nas estruturas sociais e, mais além, para possibilidade de inclusão de novos atores no processo de decisão dos rumos de uma sociedade. Obviamente, diante da viabilidade de perda de controle social, as elites dominantes, tendem a resistir à proposta democrática. As resistências ideológicas à Nova Sociedade serão expressas em práticas coerentes a esta compreensão. No caso das relações étnico-raciais, podem ser vislumbradas desde o reforço ao mito da democracia racial e em oposições das mais distintas dimensões, como limitações ao acesso de materiais ou infraestrutura.

O mito da democracia racial está fundamentado em uma ideia de igualdade social, na negação das diferenças, na naturalização das desigualdades, na visão de harmonia entre as etnias, na afirmação da existência de acesso igualitário aos direitos de cidadania ou mesmo em posturas paternalistas e de ações benevolentes. Se a democracia racial existisse, as mudanças não seriam necessárias. Para, além disso, existe a possibilidade do mito da democracia racial receber uma nova roupagem, novo formato tão imobilizador e determinista quanto o anterior e ainda assim “manter o seu caráter dogmático e domesticador” (FREIRE, 2014, p.41).

Diante da exposição acima, elegemos as ideias de Paulo Freire para uma análise crítica da conjuntura política das organizações e associações quilombolas. Somado a isso, os pressupostos freirianos surgem em nosso campo de pesquisa como uma referência utilizada pelos próprios atores sociais investigados, os quais nos apontaram de que modo as lentes da educação crítica orientam a organização de seus coletivos e mediam o desenvolvimento de suas ações.

O texto é componente dos resultados da pesquisa sobre os saberes e práticas educativas quilombolas e a identidade étnico-racial. A mesma foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do IESC/UFRJ, CAAE de número 53231516.6.0000.5286.

Defronte a um perfil distintivo e plural de uma Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ), a escolha por um caminho metodológico se constituiu um desafio, principalmente diante da complexidade da sociolinguística, da história, dos saberes, das relações humanas e de poder existentes. A constante observação e interação em uma localidade, seu registro e análise, somados ao diálogo com atores que operam nas convergências de práticas educativas e militância política, projetaram uma via apropriada para a construção e análise do nosso objeto de estudo.

Sendo assim, encontramos na abordagem etnográfica uma perspectiva que acolheu a diversidade e valorizou as intersubjetividades e significados atribuídos pelos sujeitos às próprias experiências vividas (MINAYO *et. al.*, 2008). Por seu caráter qualitativo, o estudo possibilitou a imersão no universo de significados, motivos, crenças e valores, através da descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos (Ibidem, 2008).

A CRQ Machadinho foi o campo escolhido para a investigação e está localizada no município de Quissamã, Rio de Janeiro. Em dezembro de 2006, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como “remanescente de quilombo”, considerando componentes desta os núcleos Sítio Santa Luzia, Bacurau, Mutum, Boa Vista e Fazenda Machadinho. Nesta última localidade encontra-se um Complexo Cultural, que compreende as senzalas reformadas, o memorial Machadinho, o restaurante Casa de Artes, a capela católica, o armazém, um campo de futebol, uma quadra e parque infantil, uma escola pública, um posto de saúde da família e as ruínas da casa grande.

A prefeitura municipal adquiriu a Fazenda Machadinho do Engenho Central e reformou as senzalas e outras estruturas arquitetônicas, com a finalidade de organizar um turismo étnico, no entanto, o evento provocou uma nova dinâmica à comunidade e muitas tensões. A transferência do título deste espaço está sendo negociado junto à gestão municipal atual, enquanto a titulação dos territórios das localidades adjacentes está tramitando em processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A aproximação com a CRQ Machadinho se iniciou em janeiro de 2015, com imersão em campo de julho de 2016 a janeiro de 2017. Os seguintes recursos para a coleta de dados foram utilizados durante a pesquisa, a saber: entrevistas com as lideranças locais; observação participante, participação nas reuniões da Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho (ARQUIMA), nas reuniões das mulheres quilombolas para estruturação de uma entidade comunitária, entre outros. Todas as vivências foram registradas em forma de imagens, áudios e anotações em diários de campo.

Como forma de referendar os achados da pesquisa, o tratamento dos dados está sendo empreendido a partir da perspectiva de descrição densa, segundo propôs Clifford Geertz (1989). Já os pressupostos teóricos escolhidos para as discussões e análises do texto, como já dito, emergiram das referências apontadas pelos próprios investigados, que as utilizam nas vivências participativas da ARQUIMA e na formação de outras entidades sociais. Portanto, faremos uso das teorias freirianas cunhadas nas obras: *Pedagogia do Oprimido* (2014), *Pedagogia da Autonomia* (2015) e *Cartas à Guiné-Bissau* (1978).

Contextualização das comunidades remanescentes de quilombo e a organização de entidades comunitárias

Pensar CRQ no Brasil impõe contextualizar histórica, social e politicamente o povo negro desde o processo de colonização até os dias atuais. Cabe aqui, visibilizar a negação de direitos inalienáveis e a coisificação da pessoa humana neste cenário escravocrata e seus desdobramentos na sociedade atual. A intenção consiste em uma análise tanto dos direitos ausentes, como do distanciamento dos direitos fundamentais e da luta pela implantação de uma estrutura política equânime, resultante de um processo de organização social dos oprimidos.

O Brasil em quase quatro séculos empenhou sua economia na escravidão negra que foi responsável pela entrada, em uma estimativa mais sensata, de 3,5 milhões de homens e mulheres oriundos do continente africano (HOLANDA, 1950). Os negros formaram e ainda formam a principal força de trabalho no país. Os homens e mulheres negras retirados de seu espaço de origem e de pertencimento, foram obrigados a se desvincular de sua cultura, desprender-se de seus valores, espiritualidades e sua ascendência étnica (MUNANGA E GOMES, 2006).

Trazidos como mercadorias foram coisificados e desumanizados mas, ainda assim, criaram mecanismos estratégicos para a garantia da sobrevivência dos seus elementos culturais de referência, mantendo seus valores, espiritualidade e identidade coletiva, pois

“onde houve escravidão, houve resistência, e de vários tipos” (REIS; SILVA, 1989, p. 9).

Os quilombos serviam de refúgio para os escravizados que desafiavam o condicionamento, a estrutura de opressão escravagista e fugiam da violência dos seus senhores. Foi uma forma encontrada, no passado recente, de se opor e de resistir às ações, indiscutivelmente, desumanas do longo período de escravidão.

Para Ney Lopes (2008), pesquisador das culturas da Diáspora Africana, quilombo é um conceito próprio dos africanos, “derivado do *quicongo lombo*, que significa “sociedade, grupo, exército”, ou “do *quimbundo kilombo*, que se traduz em “união”; assim eram designados “acampamentos militares e também feiras e mercados no antigo Congo e Angola” (LOPES, 2008, p.66). Atualmente, os territórios remanescentes de quilombo configuram um direito inegável, constituem uma herança histórico-cultural e importam em uma conquista dos afrodescendentes no Brasil.

Estamos a pouco mais de 100 anos de abolição da escravidão no Brasil e muitos resquícios da fase escravista permanecem assolando a vida de negros e negras que ainda precisam lutar por uma igualdade material, por dignidade e direitos basilares. O país possui enormes problemas provenientes do preconceito e da desigualdade racial que colocam a população negra em condição de desvantagem em relação aos brancos: os índices de analfabetismo e desemprego, menores salários e uma grande diferença na questão do acesso às universidades apontam e demarcam essa disparidade (IPEA, 2014). Vale ressaltar, no que tange à violência, segundo o Mapa publicado em 2016, a vitimização negra no país em 2003 era de 71,7% e, em 2014, esse índice saltou para 158,9%, o que significa que morrem 2,6 mais negros do que brancos por arma de fogo (WAISELSZ, 2016).

Diante disso, ainda que o legislador constituinte tenha formalizado a igualdade no artigo 5º da Constituição Federal, em 1988, apontando através da nossa carta maior que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, nota-se que estamos aquém da expectativa e da materialização dessa igualdade.

É urgente que se ultrapasse a concepção semântica da Constituição como documento predominantemente político e programático e propende pela sua imediata e direta aplicação, alcançando, de fato, as duras realidades desiguais cotidianas aos remanescentes de quilombo no nosso país. Em tempo, são pertinentes as palavras de Boaventura:

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (2003, p. 56).

No mesmo sentido, preleciona Sarmiento “Parte-se da premissa de que a igualdade é um objetivo a ser perseguido através de ações e políticas, e que, portanto, ela demanda iniciativas concretas em proveito de grupos desfavorecidos” (SARMENTO, 2006, p. 66). Levando em consideração o fato de que a igualdade é senão uma utopia no atual cenário político e social, uma vez que se faz nítido que a diferença da cor da pele não só inferioriza, como a igualdade que se propõe descaracteriza, buscaremos dar enfoque às ações políticas presentes, capazes de proporcionar de fato e de direito a igualdade enunciada por Boaventura.

Uma iniciativa concreta capaz de possibilitar igualdade, pertinente citar, foi proposta pelo deputado constituinte Carlos Alberto Caó, que resultou no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), referente ao dever do Estado de emitir os títulos em reconhecimento ao direito de propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombo (BRASIL, 1988).

Foi apenas em 2003, com o Decreto Federal número 4.887, assinado pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que foi regulamentado o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos

quilombos (BRASIL, 2003).

Após a criação do Decreto, o número oficial de comunidades identificadas cresceu significativamente, gerando preocupação no setor fundiário que visa predominantemente a perspectiva do capital. Armaram-se de fortes estratégias na tentativa da anulação dos direitos conquistados pelas CRQ. O que se vê aqui é que tal oposição reforça a marginalização e a desigualdade histórica no país, onde o direito do sujeito quilombola, uma vez conquistado, demanda enfrentamentos ainda maiores.

Se faz relevante destacar, ante a oposição a conquista do direito à terra pelas CRQ, a importância e o significado da mesma para os sujeitos que compõem tais comunidades, principalmente no que tange ao contexto peculiarmente cultural. Portanto, Daniel Sarmiento explica:

Para comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental de massas. Não se trata apenas de moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. Privado da terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer, absorvido pela sociedade envolvente. Portanto, não é só a terra que se perde, pois, a identidade coletiva também periga sucumbir. Dessa forma, não é exagero afirmar que quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está apenas violando o direito à moradia dos seus membros (2006, p.5).

Em outras palavras, questionar e se contrapor ao direito à titulação das terras remanescentes quilombolas significa não reconhecer uma identidade étnica. É ignorar a cultura, é tornar pelas diferenças, seus iguais, desiguais. E ao mobilizar-se para anulação de tal direito, traduz a tentativa de comprometer e, até mesmo, extinguir essa cultura. É desumanizar, mais uma vez, na história, o homem e a mulher negra e, juntamente com a negação da terra, outros direitos que derivam dela.

Diante do texto normativo, Rios (2008, p.191) afirma que “não se deve pensar isoladamente o art. 68 do ADCT, se imaginando que a obrigação do Estado com relação a essas comunidades se finda com a mera expedição dos títulos de domínio sobre as terras que ocupam”. Ou seja, cabe afirmar que o direito básico à terra, é um direito que gera direitos. Estará o Estado promovendo ao mesmo tempo inúmeros outros direitos que são dependentes da titulação, tais como: os direitos econômicos à produção, à alimentação, à educação, à saúde, ao meio ambiente sustentável, à cultura, entre outros.

A realização plena desses direitos talvez pretenda uma reparação histórica ao crime cometido com a escravidão, o que é algo impossível, contudo, têm por objetivo principal a promoção da dignidade humana dos quilombolas, e vem na tentativa de garantir a equiparação às CRQ. Muito embora, o que vislumbramos é um cenário caótico de medidas insuficientes, um cenário político de retrocessos, ademais das resistências dos atores sociais quilombolas.

Constata-se que a situação é de alta vulnerabilidade. E que os direitos decorrentes da posse da terra, citados anteriormente, são realidades distantes. Segundo o relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social 55,6% dos adultos residentes em CRQ vivem com fome ou sob o risco de inanição. A fatídica realidade se reproduz em relação às crianças e aos adolescentes, em números pouco menores, a qual 41,1% da população infantil quilombola está sob ameaça. Com esses dados, o que se evidencia mais uma vez é a violência continuada e silenciosa contra a população quilombola (FEC/UFF, 2013).

Ainda sobre a fragilidade quanto à efetivação de direitos fundamentais, a pesquisa de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas, realizada em 97 áreas, revela que o cenário de fome não é o único problema: a água encanada está presente em menos da metade dos domicílios (FEC/UFF, 2013).

A ausência de elementos tão fundamentais para a subsistência torna evidente a necessidade de implementação de medidas que propiciem a saída desse quadro precário. São urgentes atitudes políticas que venham ao encontro da ausência de direitos. No que se refere às CRQ, não há que se falar somente da necessidade de políticas que proporcionem dignidade, como saúde, a erradicação da fome ou que levem esgoto e água encanada. Atrelado a isso, está todo o contexto histórico-cultural de reconhecimento das tradições e particularidades próprias e o respeito a elas que precisam estar conjugadas a realização desses direitos basilares.

No que tange ao reconhecimento social que garante respeito, Nancy Fraser expressa que ações e políticas que pretendem valorizar as especificidades do grupo e oportunizar mais acesso podem causar na sociedade tensões e a sensação de que grupos detêm privilégios: “Em alguns momentos essa classe pode aparecer como privilegiada, recebedora de tratamento especial e ajuda não merecida” (FRASER, 2008, p. 270).

Essa percepção apontada por Fraser (2008) é resultado da narrativa construída pelos setores mais conservadores da sociedade a respeito da necessidade de garantir acesso a bens materiais e simbólicos das CRQ. O que não se pode arguir diante disso, é que tais medidas sejam desnecessárias ou que privilegiem, pois estão bem distantes de reparar o que foi causado historicamente, que dirá, privilegiar.

É sabido que a organização social e comunitária é o caminho da constituição de narrativas sobre si, contadas pelos integrantes desses grupos como forma de combater decisões políticas que tendem a inverter a lógica das prioridades sociais. Desta maneira, o posicionamento estratégico político dos grupos historicamente desprezados possibilita um arcabouço de ferramentas de luta pela cultura, território, direitos sociais, trabalho e renda, diminuindo as desigualdades existentes.

Sempre que alguém precisa realizar uma atividade para a qual é necessário recorrer ao concurso de outros, ou sempre que algumas pessoas descobrem que, se unirem suas forças, conseguirão fazer coisas que seriam impraticáveis se perseguidas por apenas uma delas, o resultado é uma organização (OLIVEIRA, 2002, p. 16).

Mesmo que haja medidas governamentais, há de se falar na educação política e em uma organização comunitária para o pleito de direitos já garantidos. Nesse sentido, as entidades comunitárias são cruciais no contexto das CRQ, uma vez que fortalecem a sua representação político-social e possibilitam maior organização, principalmente no que se refere a ações que potencializem as suas habilidades.

A organização social nas CRQ se alicerça em torno da representação das demandas do sujeito coletivo. Importante destacar que tal representação possibilita o acesso a editais e a anuência às instituições de ensino que encontrem nelas um cenário para investigação e, principalmente, para o encaminhamento e pela efetivação de direitos frente às autoridades e órgãos responsáveis.

Por fim, no que tangencia a organização social no contexto das CRQ, se faz pertinente a consideração de um dos critérios previstos para o processo de titulação das terras, por força da Instrução Normativa 57 de 20 de outubro de 2009, a solicitação de abertura de procedimentos administrativos que visem regular seus territórios (BRASIL, 2009).

A educação crítica permeando o processo de organização política das entidades comunitárias quilombolas

O propósito do texto compreende o modo como a perspectiva da educação crítica pode promover sustentação a organização de entidades comunitárias quilombolas, que se pretendam participativas, inclusivas e representativas. Expressa o potencial político de tais organizações, diretamente associado à produção, à saúde, ao sistema regular de ensino, entre outros. Anuncia ainda, a sua fortaleza defronte aos pleitos pelos direitos fundamentais e de enfrentamento ao projeto de sociedade da classe dominante.

Iniciaremos por meio das reflexões de Freire (1978) geradas através de sua experiência colaborativa em Guiné-Bissau, onde identificou os desafios de enfrentamento do sistema colonizador e a proposição de um novo caminho libertador pelo oprimido. Freire parte de uma compreensão

crítica do projeto global de sociedade herdado do colonizador, considerado como reprodutor da ideologia colonialista e cujos principais objetivos são a assimilação e “desafricanização das mentes”, isto é, a “negação de tudo o que seja representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua” (FREIRE, 1978, p. 20).

O autor evoca a ação de superação, que consiste na rejeição e transformação radical do sistema opressor, que tem como uma de suas características a exclusão, traduzida no acesso limitado aos serviços, à informação, aos recursos, aos lugares privilegiados de decisão, ocupados por uma pequena minoria. No contexto das CRQ, frente a um cenário de negligências sociais, o sistema político se orienta por uma ideologia de inferioridade de negros e negras e de supervalorização da cultura dos colonizadores (FREIRE, 1978).

Nesse sentido estão claros os objetivos de manutenção de uma sociedade de classes, onde os remanescentes de quilombo seriam a classe oprimida, passiva, subserviente, alienada às injustiças sociais e desigualdades econômicas; e as classes dominantes se manteriam *ad aeternum* no poder, apossadas das decisões sobre os destinos da sociedade.

O potencial das entidades comunitárias quilombolas para o desafio de construção de um novo projeto de sociedade aponta para a necessidade de transformação revolucionária, coerente com a realidade social, com suas necessidades e possibilidades. A construção da nova sociedade, nesse caso, é potente para reorientar, inclusive, o setor econômico e os modos de produção, adequando-os no ponto de vista da sustentabilidade dos recursos materiais, que serviriam ao povo; assim como na determinação do que produzir, do como, do para que e do para quem (FREIRE, 1978).

A nova prática organizativa demandaria um aprendizado crítico de uma nova postura, mediada por ferramentas provocadoras de reflexões sobre a situação social, fundamentada em uma perspectiva estimulante aos seus membros sobre a autopercepção de si próprios enquanto sujeitos fazedores da história e parte de uma narrativa de luta e resistência. Uma ação política criadora e transformadora.

Elencamos seis dimensões da educação crítica presentes nos registros de Freire (1978) que consideramos basilares ao processo de construção e no desenvolvimento das ações e projetos das entidades comunitárias quilombolas. Todas elas se complementam e dialogam em distintos pontos: a) o trabalho em cooperação; b) a dicotomia entre ensinar e aprender; c) a experiência em processo; d) o posicionamento político dos sujeitos envolvidos; e) o pilar cultural e histórico e; f) a singularidade de cada processo.

O trabalho em colaboração se traduz no quefazer “com” e não “para” (Freire, 1978, p. 14). A cooperação, na verdade, expressa o desafio de reconstrução de um modo de atuar em coletividade. Construir novas maneiras de ser e fazer é imperioso, frente à doutrinação de comportamento e de pensar a que fomos subordinados. A mudança do estado de alienada assunção da defesa dos interesses dos grupos sociais que se opõem aos do próprio povo e que versam pela competitividade, individualidade e soberania.

A dimensão educativa, na perspectiva freiriana, pressupõe o reconhecimento do outro como sujeito da ação, capaz de ocupar iguais espaços de decisão. Assim, os lugares de “objeto” se reconfiguram em espaços de autonomia e de protagonismo coletivo. Trabalhar em cooperação impera a “ajuda autêntica”, que segundo Freire (1978, p.15), “é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar”. Somente por intermédio de tal prática, “em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado”.

Agir com outrem para a obtenção de um resultado que beneficie os interesses comuns ou exercitar participação em obra coletiva constitui-se um dos primeiros pilares de uma experiência nova que insta a necessidade de dinamismo na transformação da realidade. Essas são algumas vantagens da organização para o trabalho em cooperação.

O segundo elemento trata da dicotomia entre ensinar e aprender, que aponta para o aprendizado como um processo dinâmico de descoberta de si mesmo no mundo, onde com o mundo se pensa a transformação social radical. “Ensinar e aprender” desconstrói a ideia de que existe um lugar cativo para quem detém o conhecimento e da posição de subalternidade destinada

a quem deve aprender. “O ato de ensinar pressupõe o de aprender e vice-versa”. Desta forma, equivoca-se “quem arvora em educador do povo sem aceitar ser educando do povo” (FREIRE, 1978, p.100). O trabalho em uma entidade comunitária quilombola compreende que não existe uma hierarquia de saberes, mas que os mesmos são complementares (FREIRE, 1987).

Dentro dessa perspectiva, “os limites ou deficiências dos saberes locais nunca justificam a recusa” por escutá-los (SANTOS, 2009, p. 23). Os membros das entidades sociais precisam estar abertos a ensinar e a aprender, a ouvir uns aos outros, descartando a ideologia dominadora, que comumente discrimina e deslegitima conteúdos e os distintos modos de se obter, organizar e compartilhar os conhecimentos. Freire afirma

Na verdade, só na unidade dialética entre ensinar e aprender é que a afirmação “quem sabe ensina a quem não sabe” ganha sentido revolucionário. Quer dizer, quando quem sabe, sabe, primeiro, que o processo em que algo aprendeu é social; segundo, quando sabe que, ao ensinar o que sabe a quem não sabe, sabe também que dele ou dela pode aprender algo que não sabia (1978, p.55).

Além disso, é importante que as lideranças construam conjuntamente mecanismos de facilitação do aprendizado coletivo e estímulos a troca de saberes. É preciso “ampliar os espaços de comunicação e distribuir mais equitativamente as competências” (SANTOS, 2009, p.23). Nesse sentido, o indivíduo deve ser reconhecido enquanto gente, “algo concreto e não uma abstração” (FREIRE, 1978, p 39), como capaz e a quem deva ser garantidos os direitos a fala e a escuta.

A terceira vertente é a experiência em processo, que indica a valorização do desenrolar de uma vivência em pleno andamento, sem detrimento a sua concretização. Significa reconhecer que toda experiência possui um ordenamento de fases em direção ao aperfeiçoamento e, entender que cada decurso engloba um potencial enquanto “forjador da consciência política” da comunidade, bem como da de sua liderança (FREIRE, 1978, p.15).

Consideramos destacar a importância da capacidade, de no decorrer da experiência, analisar a realidade da CRQ, sem jamais negá-la, de enunciar os seus potenciais, os seus desafios e construir coletivamente mecanismos de superação. Assumir, ainda que o processo implique o acolhimento dos erros e de recomeços, de frustrações e êxitos, reconhecendo as limitações de determinada ação, procurando entender as causas das falhas e estudando as diferentes maneiras de aprimorá-las (FREIRE, 1978).

Segundo o autor, o processo de formação e transformação é infindável, contínuo e ininterrupto, que prossegue e se aprofunda na avaliação constante de sua prática. Sendo assim, é necessário que se construa uma compreensão crítica e não estreita ou ingênua de cada prática específica, no quadro geral da prática da entidade social de que participam. E a compreensão crítica, demanda a formação política dos sujeitos envolvidos.

A quarta dimensão trata do posicionamento político dos participantes, que intenta não somente a desmitificação da neutralidade, mas o apontamento de sua implicação e opção política. Consiste em admitir de modo transparente a sua localização no campo do conhecimento e da ação. Em face disso, Freire (1978, p.15) afirma que o trabalho com intelectuais “frios” e “objetivos” ou com especialistas “neutros”, é infrutífero, mas considera promissor o envolvimento com militância e engajamento, no esforço sério de construção da realização dos direitos de uma comunidade.

Toda participação fundamenta-se em uma implicação ou interesse, que corresponde a uma visão que se tem do mundo, da organização em si, das regras, escolhas etc. Ainda que nem sempre seja explícita ou mesmo que se encontre disfarçada com demasiada “teoria”, expressa uma tomada de posição diante da entidade comunitária, que os participantes serão capazes de perceber. Daí a necessidade de convidar os camaradas a assumirem uma posição crítica, de que resulte a possibilidade de criar caminhos exitosos.

A quinta vertente é altamente importante no processo da organização comunitária e compreende o reconhecimento do pilar cultural e histórico, seus atores, as memórias coletivas, os marcos civilizatórios etc. Nenhum coletivo deve partir do zero, especialmente no que tange às especificidades de uma comunidade tradicional, que possui ricas fontes. Desconsiderá-las seria

uma violência simbólica a alma de seu povo, a reprodução da tirania colonialista (FREIRE, 1978). Por isso é imperiosa a disposição de ver e ouvir; de indagar e discutir. Partir do reconhecimento e do acolhimento do arcabouço existente.

Na prática, as associações de comunidades devem sempre considerar o que está sendo e não o que elas gostariam que fosse para, então, denunciar e anunciar soluções. Na verdade, pode ser que não haja condições materiais concretas e um legado de problemas e de descaso deixadas pelo “esforço civilizatório” do colonialismo, no entanto, o arcabouço próprio da CRQ sempre congrega elementos profícuos à estruturação de coletivos de luta e resistência (FREIRE, 1978, p.15).

A sexta e última dimensão complementa a quinta porque trata da singularidade de cada processo e da recusa a qualquer tipo de solução “empacotada” ou “pré-fabricada”. Primeiro deve estar claro que as CRQ não são um grupo homogêneo e com características idênticas, mas coletivos com distinções em seus modos de organizar, pensar e viver, apesar de florescerem de uma raiz afroancestral. Por este e outros motivos, deve-se compreender que, as experiências não se transplantam, reinventam-se. Podem servir de inspiração, mas por serem únicas no tempo e no espaço, devem ser reorganizadas a partir da nova realidade.

A tentativa de superposição de um modelo sobre o outro ignora todo o contexto em que se inscreve: as peculiaridades, potencialidades, limitações, experiências pregressas, os medos e a audácia. Nesse sentido, mais uma vez, valorizamos o processo de construção, da experimentação no mundo e da prática social de que tomamos parte (FREIRE, 2015).

A unicidade do processo de organização das entidades comunitárias em cada CRQ necessita que a liderança, em sua opção política revolucionária e coerente a sua escolha, estimule ações voluntárias de construção de estratégias de luta e resistência coletiva à opressão. Neste caso, a liderança comunitária atua na mediação dos caminhos a serem desnudados, ao contrário de uma entrega paternalista, aos participantes, das soluções vislumbradas. Não se deve negar o esforço da busca, indispensável ao ato de conhecer. Os líderes devem mediar o exercício da atitude crítica em face do objeto, por intermédio da problematização. Deste modo, não incorre o risco de reforçar neles uma atitude passiva e receptiva.

Das reflexões acima apresentadas, nosso destaque está à tomada de consciência política que a educação crítica pode provocar no sujeito coletivo, ao contribuir para superação de um estado de alienação e assumir uma práxis comprometida com a transformação social. A experiência de Freire em Guiné-Bissau é uma inspiração, especialmente por se tratar de “um povo que, apresentando um alto índice de analfabetismo, 90%, do ponto de vista linguístico, é altamente “letrado” do ponto de vista político” (FREIRE, 1978, p.17).

“Se eu não lesse Paulo Freire”: o caso da comunidade remanescente de Quilombo Machadinha

Antes de iniciar a narrativa sobre a ARQUIMA, o presidente expressou pujante: “Se eu não lesse Paulo Freire” e suspirando continuou, “eu não ia ter noção, não ia ter condição”. Por meio dessa fala, o narrador, demonstrou a importância da perspectiva educativa freiriana no processo de organização e execução das ações da Associação de Machadinha. E mais que isto, o discurso refletiu o processo individual de tomada de consciência identificada na expressão “ter noção” e uma práxis comprometida com o trabalho coletivo emancipador, apontados em “eu não ia ter condição”.

Deste ponto em diante seus relatos foram permeados da influência do pedagogo e filósofo brasileiro, especialmente os escritos da Pedagogia da Autonomia. Chamaremos o entrevistado de Tobias, graduado em Gestão Ambiental é o atual presidente da ARQUIMA e líder do Grupo de Jongos Tambores da Machadinha, mas também atua como assistente de mobilização e logística no Núcleo de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos (NEA-BC1), em Quissamã, projeto que fomenta a mobilização urbana, a partir da perspectiva da educação crítica e transformadora.

1 O Projeto NEA-BC visa contribuir para a participação social e o protagonismo dos jovens e das lideranças comunitárias no âmbito do licenciamento ambiental. Seu objetivo geral é promover a participação cidadã na gestão ambiental, por meio de uma educação crítica e transformadora, em busca de uma sociedade mais justa e sustentável na região da Bacia de Campos. Um projeto considerado ousado que busca estimular a inserção de lideranças comunitárias em diversos espaços de controle social nas cidades onde atua. Fonte: <http://neabc.org.br/projeto-nea-bc/>. Acessado em 05 de jul. de 2017.

O processo de organização da ARQUIMA tem seu marco em 20/09/14, quando em uma reunião na Praça do núcleo Fazenda Machadinho, os moradores decidiram construir um coletivo de associados. A partir de então, os quatorze meses que seguiram foram de discussões e de desenvolvimento da entidade comunitária. Segundo Tobias, deve haver o reconhecimento da representatividade pelos representados, ou seja, “as organizações de grupos, coletivos e comunidades precisam ser reconhecidas para além do papel. A gente ficou um ano sem papel (...) e veio construindo o respeito das pessoas”.

A cerimônia de fundação e posse da diretoria só ocorreu na noite do dia 04/11/15, no Restaurante Casa de Artes. O lugar estava cheio de pessoas, de esperanças e alegrias. A maioria dos presentes eram moradores da CRQ, mas o evento contou ainda com a participação de autoridades municipais, representantes do Projeto Territórios Criativos/Universidade Federal Fluminense e Ministério da Cultura, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, do Projeto QUIPEA², do Espaço Cultural José Carlos de Barcellos, além de outros parceiros e pesquisadores.

A composição da diretoria da ARQUIMA, expressa a intenção de democratização do poder às distintas localidades, nove membros que representam quatro núcleos de Machadinho, a exceção do Mutum onde não houve voluntários. Com um mandato de três anos, os objetivos principais da Associação são: a posse da terra; a reorientação do modelo escolar a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012); a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2007); a assunção da gestão da Casa de Artes, através de uma cooperativa de mulheres quilombolas; a construção de uma horta comunitária; a reestruturação do armazém em um espaço de venda dos produtos cultivados localmente; o fomento às práticas culturais e identitárias como o Jongô, o Fado, o Boi malhadinho, o artesanato e a contação de histórias; e a regularização dos serviços públicos, dos quais destacamos a oferta de água potável, a implantação do sistema de esgotamento sanitário e o transporte público regular, a um preço justo.

Elencaremos nesta seção quatro elementos suscitados como os que caracterizam o quefazer da ARQUIMA e que dialogam com os fundamentos da pedagogia da autonomia (FREIRE, 2015) são eles: o processo; a cooperação; a conscientização para uma identidade quilombola e a autonomia.

O processo: “Tudo é progressivo e muitas coisas ainda estamos descobrindo”

Insta-nos compreender que viver o processo é uma experiência original e singular, forjadora do sujeito que vai sendo construindo no caminhar. Um dos saberes fundantes está em assumir a inconclusão (FREIRE, 2015). A ARQUIMA, apesar de ser segundo coletivo que se mobiliza como organização social em Machadinho, trilha um percurso pioneiro fundamentado na educação emancipatória, que revela aos desbravadores um mundo outrora desconhecido de signos, informações, lugares, atores sociais etc. A vivência audaciosa forma um sujeito coletivo, em constante construção.

O aprendizado das características, responsabilidades e funções inerentes a uma entidade comunitária, assim como as novas demandas que advém no percurso, impõem o domínio de ações burocráticas qualificadas para a reclamação no campo político dos direitos e prioridades. Incluem a compreensão das letras, implicam novas leituras, assim como o domínio da escrita.

A Constituição? Nós estamos tendo acesso a Constituição, a Convenção da OIT, o Decreto 4887. Hoje a gente tem acesso, a internet com certeza hoje ajuda, mas as universidades têm esse olhar de fora para dentro. Essas pessoas foram abrindo as nossas mentes. Porque, assim, a gente fica no município, e no município não tem nenhum incentivo, não tem a tratativa de uma Comunidade Tradicional como prioritária, não tem políticas de prioridades aqui em Quissamã, para a nossa comunidade. Hoje a gente consegue já ter a noção das

² Quilombos no Projeto de Educação Ambiental da empresa petrolífera Shell

políticas para os quilombolas. Hoje a gente conhece a Política de Saúde da População Negra. Já estou começando a estudar. E assim, são assuntos muito novos. As pessoas estão recebendo, eu estou recebendo essas informações agora. Eu continuo recebendo. Nunca pára, né? Então eu continuo recebendo. Tem que fazer um ofício. Como faz um ofício? Qual é a Lei que a gente vai citar nesse ofício? Não é favor, é direito. Até isso, diferenciar o favor do direito. A gente não tem a dimensão do caminho para chegar até lá. Vocês freiam. Eu digo freiam, não é frear de colocar uma coleira, mas nos ajudam a organizar as ideias (Tobias).

Destacamos o desafio de imersão no mundo da escritura, uma característica própria das sociedades ocidentais modernas, “onde a escrita tem precedência sobre a oralidade” (BÂ, 1982, p. 167). No contexto das comunidades tradicionais de matriz africana, a oralidade tece a cultura e, por este motivo, dominar as linguagens das letras e regras sociais do contexto político/institucional exigem, aos representantes da ARQUIMA, exercício e aprendizado contínuos.

De acordo com o relato acima, a parceria com pesquisadores, universidades e ONGs é fator que qualifica o processo de luta pelos direitos, não somente por facilitar o acesso às informações, por apresentar maneiras de concretizar os projetos, como também por apoiar na sua realização. Para, além disso, descobrem que as instituições parceiras podem dar suporte à comunidade nos enfrentamentos junto ao poder público:

Então a gente pode usar vocês. Não usar no sentido ruim, mas no sentido de aproveitar que vocês estão aqui para nos fortalecer. Aquela reunião que a gente fez com a prefeita (...) a UFF, a UENF, a UFRJ e a AQUILERJ ali, foi pura pressão. Diferente da gente que já está ali, que ela (prefeita) já conhece, que já sentou no sofá, que já fez campanha, que já conversou. É diferente, porque eu tenho certeza de que se fosse eu e mais um da associação e ela ia falar. Poderia falar palavras bonitas, mas que poderiam ficar soltas. Ali a gente foi com um coletivo de pessoas para pressioná-la mesmo. Foi só para pressioná-la. Então ela viu que a comunidade não está sozinha. Então, isso fortalece a comunidade. E vê que o nosso poder de articulação está bem maior, sugiro falar, que está bem maior do que o dela (Tobias).

Os moradores de Machadinho começam a aprender qual é o papel de representatividade que a ARQUIMA deve exercer na Comunidade, e aos poucos, acessam os recursos disponíveis. Tobias exemplificou: “Quando faltou água nesses tempos, aí a gente começou a ver que as pessoas estavam fazendo ofícios (para a prefeitura) como pessoa física. Daí eu disse: A Associação pode fazer isso. Ah, é? Então elas começaram a recorrer a gente”. Inicia ali, um aprendizado e uma aproximação entre os representantes e os representados, facilitados pela ideia fundamental de que “[...] não é uma associação para cuidar das terras, mas para cuidar das pessoas”, concluiu ele.

A cooperação: “Temos que criar esse espírito de coletividade”

O ideal é que, na experiência educativa, os participantes, juntos, “convivam” (FREIRE, 2015, p.34). O trabalho em cooperação é um dos desafios destacados pelo presidente da ARQUIMA, pois exige a construção do sujeito coletivo; a mudança de traços individualistas, impregnados na cultura; a democratização das decisões; a promoção de medidas de facilitação da comunicação entre os membros e; o exercício da autoridade, sem com isso exercer o autoritarismo.

Forjar o sujeito coletivo CRQ, compreende a construção do pensamento de que as estruturas arquitetônicas não representam uma comunidade, mas sim as pessoas que decidem viver em coletividade. Tobias expressou: “Ta lá o prédio, não é nada. Quem faz a Casa de Artes e quem faz a comunidade são as pessoas”.

Para isso torna-se imperioso, segundo ele, “criar esse espírito de coletividade, fazendo com

que a comunidade esqueça o seu individualismo, o seu egoísmo. Que sejamos todos por um só". Sobre este aspecto, o entrevistado concluiu que existem entraves na própria cultura local. Quando tratamos da cultura local, nos referimos ao hábito de indicações representantes por afinidade, de desentendimentos gerados por opiniões ou posições políticas distintas e pela prática de deixar de falar com alguém que foi contrário a uma ideia expressa publicamente, entre outros exemplos citados pelo entrevistado.

A comunidade querendo ou não é individualista, as pessoas são egoístas. Isso eu não culpo as pessoas, historicamente foi assim, as pessoas foram assim. Nós tivemos essa criação dos nossos pais. Nossos pais foram criados pelos nossos avôs e os nossos bisas. Aquela criação de "estou de mal", "não fale mais comigo". Ainda encontro, pela criação, aquele que tem a postura do 8 ou 80, que não tolera o meio termo, a conversa. Por exemplo, que acha que se falou mal da ARQUIMA não tem que ter oportunidade. Tem que fazer um caminho gigantesco para poder (mediar os conflitos). É difícil, é muito difícil (Tobias).

Durante o trabalho de campo, a pesquisadora observou a execução de algumas ações com a finalidade de facilitar a comunicação, durante as reuniões, como por exemplo, a disposição dos assentos em círculo, para que as pessoas pudessem se olhar nos olhos. Havia ainda, a previsão de tempo para questionamentos e o acolhimento de opiniões discordantes. Era comum ouvir falas de mediação, do tipo "Vamos somar a sua opinião com a dela". A este respeito o entrevistado ressaltou "A gente vai fazendo esse trabalho até chegarem num consenso, vai usando questões norteadoras. Tem que usar a problematização³". Outra prática de promoção do trabalho em cooperação observada era a construção coletiva de materiais, ideias e projetos. Vale destacar que muitos moradores ainda não se sentem à vontade de expressar as suas ideias publicamente, pois historicamente o lugar do silêncio e do trabalho era o único a eles permitido.

Identidade: "Eu sou quilombola"

SOUZA (1983) cunha a ideia de que ser negro(a) não ocorre pelo nascimento, mas é um "tornar-se", "uma descoberta", um "estar sendo" que advém de uma tomada de consciência que surge aliado ao elo ancestral e a indignação. Implica refletir sobre as gerações passadas, relembrar as histórias, para consolidar uma consciência negra.

Por outro lado, a indignação ocorre ao se desvelarem os massacres da identidade étnico-racial aos que tiveram a sua humanidade roubada nas experiências sociais e, por consequência, vivenciaram a submissão a uma imagem pautada em ideologias discriminatórias. A tomada de consciência desperta a "vocação para ser mais" e que implica na decisão por uma práxis comprometida com a superação das desigualdades étnico-raciais (FREIRE, 2014).

A assunção da identidade "remanescente de quilombo" também é um processo, que inicia com a compreensão do termo cunhado na Carta Maior. Para Tobias, "as pessoas estão se familiarizando mais com o termo (quilombola) que não é ser só aquele povo pobre, pobre, pobre, mas são as pessoas que convivem e tem as características". Apesar de Machadinha ser certificada há onze anos pela FCP, existe pessoas, na comunidade que ainda desconhecem a carta que atesta tal identidade.

Apesar do desconhecimento, por alguns, sobre o conceito CRQ, quando são esmiuçados os sentidos a ele atribuídos, a confirmação dos moradores é imediata "Ah, então a gente é!". Tobias explicou que "O termo está sendo familiarizado agora, mas as práticas já eram". Nesse sentido, a ARQUIMA se debruça no trabalho de facilitação da tomada de consciência, que pouco foi realizado deste a certificação. "É um trabalho de formiguinha, mas a gente quer que as pessoas estejam em um espaço e digam: Eu sou quilombola! Mas porque você acha que é quilombola? Por causa disso, disso e disso. Não só pelo que a associação entende".

³ Conceito apresentado por Freire em *Pedagogia do Oprimido* (2014), no capítulo II intitulado A concepção "bancária" da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica (p. 79 a 106).

Autonomia é isso: informar e dar o livre arbítrio de escolherem!

“Uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade” (FREIRE, 2015, p. 67). Consiste na escolha de modelo de gestão e organização com traços programáticos pautados na amorosidade crítica, na ética e na liberdade. Quanto a ARQUIMA, observamos que sua estrutura se concretiza em um modelo que não é posto em legislação, sua gestão participativa valoriza e respeita o espaço de fala de cada um dos agentes que a compõem, visando sempre uma decisão capaz de reforçar uma identidade coletiva positiva.

“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 2015, p.35). Essa ideia pode ser traduzida na fala de Tobias, quando diz “A minha opinião fica guardadinha no meu bolso, pois tenho que consultar a comunidade e fazer a vontade da maioria”. A pedagogia da autonomia, nada mais é do que o penoso processo de construção, aonde a liberdade vai preenchendo o espaço antes habitado pela dependência.

Neste sentido, destacamos a recente experiência de organização da cooperativa de mulheres do Quilombo Machadinha que objetivam gerenciar a Casa de Artes, com independência administrativa em relação ao poder municipal. O passado recente, nos tempos áureos do restaurante (anos 2000), está marcado por uma experiência antagônica à autonomia. É comum ouvir o relato indignado das mulheres que trabalharam como cozinheiras, ajudantes, garçonetes ou nas atividades culturais: “Aquilo ali era escravidão!”

A organização das mulheres, inicialmente está sendo mediada pela ARQUIMA que já expressou a intenção de que elas possam executar a gerência com liberdade e colaboração mútua. Os primeiros passos iniciaram com reuniões, no memorial e no próprio restaurante, a partir do qual se arrolaram 35 moradores. Nesses encontros, aspectos como o formato da organização, a composição, foram alguns dos aspectos discutidos e decididos pelas mulheres:

E aí, quem vai trabalhar na Casa de Artes, homens ou mulheres? Mulheres! E aí o outro falou: E a igualdade? Então a outra: “mas o homem tem mais (chegou a esse nível de entendimento, tá?), os homens tem mais chance de ser empregados. Então elas decidiram ser 70% de mulheres e 30% de homens. Será Cooperativa ou Associação? A Cooperativa tem que ratear os lucros igualmente. Ah! Então a gente vai querer uma Associação (Tobias).

A autonomia também parte do pressuposto de que existe uma responsabilidade a ser assumida (FREIRE, 2015):

Eu fui jogando a real. Vocês vão ter que arcar com a comida, ter que controlar o estoque, vocês vão ter que fazer as compras, fazer os pagamentos de vocês. Pagar água e a luz. Perguntaram: Isso tudo? Elas queriam que eu velasse o que ia ser a Casa de Artes. Eu senti isso. Porque os problemas vão ser reformar, comprar comida e ter 10 mil para começar. Minha vontade é de fato abrir, mas tem uma diferença entre a teoria e a prática. O que vai abrir? Como vai abrir? Tem que estudar, tem que ter um plano de negócios. Eu fui jogando isso tudo assim. Reclamaram: Ah, mas como a gente vai fazer? Eu falei: Isso que eu estou jogando para vocês é o real. Ninguém, a prefeitura não vai vir e vai encher a freezer e o estoque para vocês. Ai uma falou assim: eu achei que fosse ser mais fácil. Então eu disse: você não achou que ia ser mais fácil, você achou que eu ia falar a parte boa da Casa de Artes, porque se eu só falar a parte boa eu estou me comprometendo em vocês entrarem na Casa de Artes com tudo pronto. Eu falei quem quiser retirar o nome ainda pode. E todos firmaram até o fim, 35 pessoas no final. (Tobias)

Estas e outras ações que vem ocorrendo na Machadinha são frutos de iniciativa da própria comunidade, e segundo ele “A comunidade se movimenta mais que o poder público. Isso não é ruim, isso é bom”, porque desconstrói a dependência cultivada por meio da tutoria do poder público, que também ditava as regras.

Um fator destacado, por Tobias, como limitador da autonomia da comunidade são as interferências das instituições externas de reparação ambiental, que por vezes desenvolveram projetos que anunciavam um discurso, mas que executavam ações pouco coerentes. Enunciou:

Essas empresas pretolíferas, que possuem recursos enfraquecem a perspectiva do voluntariado, criam uma cultura de contrapartida financeira. O fator externo estraga. Vem um projeto de fora que tem um dinheiro alto e tira a consciência da ação voluntária. O projeto acostuma (as pessoas) de outra maneira, emprega o discurso de que é voluntário, mas por trás tem um pagamento e isso prejudica a todas as outras associações de moradores.

Concluiremos esta seção com uma reflexão de Paulo Freire (2015) que estimula a jamais ter medo de apostar na liberdade, na seriedade, na amorosidade, na solidariedade, na luta em favor dos quais se aprende o valor. Jamais se deve recear ser criticado, por apostar demasiado na liberdade, na esperança, na palavra do outro, na sua vontade de erguer-se ou reerguer-se, e em ser mais ingênuo do que crítico. Deve-se temer ser um oportunista, um realista, um homem de pé no chão, ou um desses equilibristas que se acham sempre em cima do muro à espera de saber qual a onda que se fará poder.

Considerações finais

Como já evidenciado no decorrer deste trabalho, no interior das CRQ, há a necessidade de uma organização social prática, principalmente sua materialização através das entidades e associações, já que somente através desses mecanismos se tornam possíveis o pleito por direitos e uma representação sólida dos indivíduos. Estes mecanismos proporcionam a emancipação e autonomia das comunidades, facilitando o acesso e o diálogo burocrático com as instituições, bem como a participação frente às propostas que fortalecem o grupo.

Essa realidade emancipatória reflete os pilares da educação crítica transformadora, sobretudo sua aplicação através de uma organização ética, incluyente, que respeita a alteridade, e desbrava um novo modelo capaz de proporcionar o enfrentamento das opressões. Somado a isso, ressaltamos a importância das lideranças no fomento a constituição coletiva de mecanismos de superação.

Podemos concluir que este trabalho, ao obter resultados a partir das análises realizadas sob a ótica dos ensinamentos de Paulo Freire, possibilita para ao campo das políticas públicas e da educação um ponto de partida. Uma vez que, reconhece que toda experiência possui fases em direção ao aperfeiçoamento e, entende que cada processo engloba um potencial.

Nesse contexto, é importante salientar, que ao se defrontar com novos objetos, a teoria científica também se torna objeto de ação e rompe com paradigmas. E mesmo que tenhamos em nossa sociedade, insuficiências frente às demandas das CRQ, os grupos sociais organizados fazem oposição e reivindicações, sinalizam sua existência com resistência. Dito isto, “ou valorizamos sistemas de inclusão e valorização da vida - como são os africanos e os indígenas - ou tornamos reféns e cúmplices da concentração do capital e da universalização da miséria e da violência” (OLIVEIRA, 2006, p.16).

Referências

- BÂ, Hampate .Amadou. A tradição viva. In: ZERBO, J-KI. **História Geral da África**. São Paulo: Ed. África. 1982, p. 167-211.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 out. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Estado do Desenvolvimento Agrário. **Instrução Normativa nº 57**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis12.pdf>>. Acesso em 06 jul 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa de Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional em comunidades quilombolas tituladas**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/lista-s.php?tp=pesquisa&stk=ano&id=135>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

Secretaria Extraordinária de Promoção da Igualdade Racial. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, 2007.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Jessé Souza (org). **Democracia hoje. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 231-239.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 52ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC-UFF). Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (DataUFF). **Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e nutricional em Comunidades quilombolas tituladas**. Brasília, outubro de 2013. Acesso em: 17/05/2017

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan AS, 1989.

HOLANDA, S. B. . **Africanos no Brasil**. Folha da Manhã, 02 de agosto de 1950.

IPEA. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: 2014, 115 p. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-pesquisas/situacao-social-da-populacao-negra-por-estado-seppir-e-ipea>>. Acesso em: 15/05/2017

LARCHERT, Jeanes Martins. **Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural quilombola do Fojo-BA**. 2014, 217f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação: UFScar, São Carlos, 2014.

LOPES, Nei. **História e cultura africana e afro-brasileira**. 10.ed. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. 35ed. **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora

Vozes, 2008, 108 p.

MUNANGA, Kabengele.; GOMES, Nilma Lino. 1 ed. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, David Educardo. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. 3ed. Curitiba Editora Gráfica Popular, 2006, 188p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. 2 ed. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning, 2002.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. Revista História. São Paulo, s/v, n. 123-124, p. 143-219, ago/jul.1989.

RIOS, Aurélio. Quilombos e igualdade étnico-racial. "In": PIOVESAN, Flávia; SOUZA, Douglas de. (coord.). **Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial**. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR). Brasília: SEPPIR, 2008.

SANTOS, Boaventuda de Souza. Para uma pedagogia do conflito. In: FREITAS, Ana Lúcia Souza; MORAES, Salete Campos (orgs). **Contra o desperdício da experiência: A pedagogia do conflito revisitada**. Porto Alegre: Rede EDITORA, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

SARMENTO, Daniel. A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação. **Revista de direito do Estado**: São Paulo. 2006. Disponível em: < http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/AGarantiadoDireitoaPosse_DanielSarmiento.pdf. > Acesso em: 09/05/2017

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade no negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

WAISELSZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016; homicídios por armas de fogo no Brasil**. São Paulo, Instituto Sangari, 2016 Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web.pdf> Acesso em: 09/05/2017

Recebido em 6 de julho de 2017.
Aceito em 20 de setembro de 2017.